



## PISO DO MAGISTÉRIO COMEÇA A TRAMITAR NA ASSEMBLEIA

Comissão de Constituição e Justiça analisa admissibilidade de MP, que depois seguirá para apreciação em Plenário

A Medida Provisória nº 188/11, instituindo o piso nacional do magistério para os professores de R\$ 1.187, dominou os pronunciamentos nas sessões ordinárias desta semana. A proposta, que cumpre determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), foi assinada dia 23 pelo governador do Estado em exercício, Eduardo Pinho Moreira (PMDB).

A MP tinha também o objetivo de acabar com a greve da categoria, mas foi recusada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) por não acompanhar a progressão na carreira do ensino médio à pós-graduação. A admissibilidade da MP deve ser analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima semana. A MP recebeu severas críticas de vários deputados.

Na condição de líder interino do governo, o deputado Jean Kuhlmann (DEM) colocou-se à disposição para intermediar as negociações entre o governo e os professores, com a participação dos parlamentares.



Professores se manifestam contra medida provisória sob argumento de que ela não acompanha a progressão na carreira do ensino médio à pós-graduação

FÁBIO QUEIROZ

PÁGINAS 7

### LANÇADA CAMPANHA DE ADOÇÃO



Campanha Adoção - Laços de Amor quer dar lar a crianças em abrigos

JONAS LEMOS CAMPOS

### DEPUTADOS VISTORIAM BAÚ



Deputados e secretário Valdir Cocalchini visitam município de Ilhota

ALBERTO NEVES

### CIRO TOMA POSSE



Deputado substitui Ada Faraco de Luca

FÁBIO QUEIROZ

PÁGINA 3

PÁGINA 4 e 5

PÁGINA 7

## VITÓRIA DAS AUTOESCOLAS

Neste 25 de maio a Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa realizou uma Audiência Pública para discutir a situação dos Centro de Formação de Condutores, as chamadas auto-escolas. Não foi só mais uma audiência pública, que em si já teria sua importância.

Esta audiência, requerida por nosso mandato mediante solicitação de setores interessados, teve o potencial de sacramentar e tornar pública uma decisão tomada pelo Poder Executivo e pelo Ministério Público no dia anterior. Há quase dois meses, 57 auto-escolas estavam fechadas em Santa Catarina por conta de embaraços de ordem administrativa, legal e judicial. Na audiência, o Diretor do Detran, Vanderlei Rosso, anunciou que todas estavam sendo reabertas imediatamente.

Isso representa não apenas a

possibilidade destas auto-escolas trabalhar, mas também o direito da população catarinense, especialmente nos pequenos municípios, poder contar com este serviço. O Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinado pelo Governo e pelo Ministério Público, representa um revés aos poucos privilegiados, que queriam manter uma reserva de mercado em prejuízo do interesse público.

O mesmo Termo de Ajustamento de Conduta estabelece, ainda, o prazo de seis meses para a realização de licitação para organizar este serviço em Santa Catarina. Trabalharemos no sentido de garantir o interesse público em todos os atos e encaminhamentos, tomando as medidas legislativas e de fiscalização que sejam necessárias.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (PDT)**

## ATENÇÃO PARA QUEM PRECISA

O Estado de Santa Catarina, segundo dados oficiais do censo nacional, abriga cerca de 6,2 milhões de habitantes. Cidadãos que vivem em um estado reconhecidamente desenvolvido, entre os outros da nossa federação. É verdade que também temos problemas sociais, áreas de risco e índices de pobreza que precisam ser combatidos. Mas temos um estado que caminha rápido para um modelo de sociedade mais desenvolvida.

Há, contudo, parte significativa de catarinenses que requer atenção diferenciada. Pessoas que precisam de uma atuação mais forte do Poder Público para que possam ser alfabetizadas, atendidas em suas necessidades de saúde e preparadas para ingressar no mercado de trabalho. São as pessoas com deficiência.

Em Santa Catarina, nas 196 Apaes, são atendidos cerca de 17 mil educandos e outras entidades congêneres prestam atendimento para

outra parcela da população com deficiências diversas daquelas atendidas pelas Apaes. Mas, segundo dados das entidades envolvidas neste trabalho e baseados nas estatísticas mundiais da média populacional com deficiência, pelo menos 50 mil crianças e adolescentes com deficiência não possuem qualquer tipo de atendimento.

É neste contexto que fizemos duas proposições que vão ao encontro destas necessidades. A primeira, sugerindo ao Governo do Estado a criação de uma Secretária de Estado específica para o atendimento das pessoas com deficiência. A segunda, solicitando ao presidente da Alesc a criação de uma Comissão Permanente para tratar do mesmo tema. Medidas concretas que podem ajudar muito nas políticas públicas de atendimento. Uma luta que está apenas começando.

**DEPUTADO JOSÉ NEI ALBERTON ASCARI (DEM)**

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

Nos próximos dias a Assembléia Legislativa conclui o ciclo de 11 workshops que estão sendo realizados nas diversas regiões do Estado sobre o Certificado de Responsabilidade Social e o Troféu de Responsabilidade Social - Destaque SC. O objetivo dos eventos é orientar representantes de empresas e entidades interessadas em participar do processo de certificação, com ênfase na elaboração de seus balanços sociais.

Na quinta-feira, dia 26 de maio, será promovido um workshop em Criciúma, no salão Ouro Negro da Prefeitura. Na sexta-feira, dia 27, é a vez de Tubarão sediar o encontro, que

será no auditório do Sindilojas. O último workshop acontecerá dia 1º de junho, em Florianópolis, na sede do Conselho Regional de Contabilidade. Todos os encontros são das 8h às 16h15 e as inscrições podem ser feitas antecipadamente pelo site [www.alesc.sc.gov.br/responsabilidade-social](http://www.alesc.sc.gov.br/responsabilidade-social) ou no local dos eventos.

Nos encontros, a palestrante Elisângela Schappo enfatiza a importância do balanço social que, segundo ela, é o principal instrumento para uma organização avaliar seu desempenho na área. Os participantes são esclarecidos sobre detalhes do edital de certificação, da Lei nº 12.918/2004, e demais requisitos.

## AGENDA DA SEMANA

**Dia 31, 9 horas** – Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira e Comissão de Educação – Seminário “Educação: Plano Nacional da Educação”  
**Local:** Centro de Cultura e Eventos Plínio de Nês - Chapecó

**Dia 31, 10 horas** – Comissões de Agricultura e de Turismo e Meio Ambiente – Audiência pública “Necessidade de ações para o avanço da agricultura orgânica/agroecológica em Santa Catarina”  
**Local:** Plenário

**Dia 31, 10 horas** – Mostra dos vitivinicultores das principais regiões produtoras do Estado em comemoração ao Dia do Vinho  
**Local:** Hall

**Dia 1º, 19h** – Ato solene comemorativo ao Dia do Vinho  
**Local:** Plenário

**Dia 3, 9 horas** – Comissão de Saúde – Audiência pública “Descentralização em alta complexidade em Pediatria, hospitais e atenção básica em saúde no Alto Vale do Itajaí”  
**Local:** Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi) - Rio do Sul

### Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Gelson Merisio (DEM)

**1º Vice-Presidente:** Moacir Sopelsa (PMDB)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Jailson Lima (PT)

**2º Secretário:** Reno Caramori (PP)

**3º Secretário:** Antônio Aguiar (PMDB)

**4º Secretária:** Ana Paula Lima (PT)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

### Diretoria de Comunicação Social

JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**AL NOTÍCIAS**

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira

**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira

**Edição:** Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck

**Diagramação e Artes:** Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

**CRÍTICAS E SUGESTÕES**

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin, Tatiani Magalhães e Vitor Santos

**Fotografia:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim

**Clipagem:** Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso

**Expedição:** Aionara Preis Gabriel (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves



# CAMPANHA ADOÇÃO - LAÇOS DE AMOR

Iniciativa com apoio da Assembleia pretende dar um lar para 1.656 crianças com mais de 10 anos



FOTOS JONAS LEMOS CAMPOS

Presidente Gelson Merisio espera que campanha aumente opção por adoções tardias, possibilitando que estas crianças já passem o Natal com as novas famílias

A Campanha Adoção - Laços de Amor foi lançada dia 23, no Plenário Deputado Osni Régis, no Palácio Barriça Verde. A iniciativa da Assembleia Legislativa, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil seccional de Santa Catarina (OAB/SC) e do Tribunal de Justiça, através da Corregedoria Geral de Justiça, tem o objetivo de aumentar as adoções sensibilizando a sociedade e agilizando os processos. Para isso, enfrenta o desafio de quebrar velhos paradigmas e incentivar especialmente a adoção tardia. Hoje, em Santa Catarina, 62% das 1656 crianças em casas de acolhimento têm acima de 10 anos de idade, enquanto a maioria dos pretendentes dá preferência a bebês de até três anos.

A solenidade foi aberta pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM). Ele saudou a união de forças dos vários agentes envolvidos na mobilização e manifestou a esperança no incremento do número de adoções tardias até dezembro, data do encerramento da campanha. "Tenho absoluta convicção de que este cenário vai mudar e várias crianças passarão o Natal já com suas novas famílias", afirmou.

O vice-presidente da OAB/SC, Márcio Viccari, parabenizou os

representantes dos poderes "juntos na mais bela das tarefas, que é unir pais e filhos". Viccari defendeu ainda que as exigências legais para adoção sejam readequadas, mas sem deixar de lado aspectos considerados imprescindíveis. A campanha conjunta também foi enaltecida pelo presidente em exercício da Associação de Magistrados Catarinenses, Sérgio Luiz Junckes. "O direito básico de toda criança ter um lar ganha um grande aliado na Assembleia Legislativa.

Precisamos reforçar a parceria para que a adoção possa acontecer nos menores prazos possíveis", disse.

O Procurador-geral do Ministério Público de Santa Catarina, Lio Marcos Marin, por sua vez, destacou o mérito da campanha na promoção da melhoria da qualidade de vida da sociedade. Marin reafirmou o engajamento do MP com a celeridade dos processos de adoção.

Da mesma forma, o corregedor-geral do Tribunal de Justiça em

Santa Catarina, desembargador Solon D'Eça Neves, acrescentou que a agilidade nos processos deve ser buscada, mas é preciso precaução para evitar os casos de devolução de crianças adotadas por casais despreparados. "Adoção não é uma filiação escondida, é um ato de amor e isso deve fazer parte da mentalidade do brasileiro", ressaltou.

Na solenidade foi exibido ainda um vídeo com um caso real de adoção que foge totalmente aos padrões

brasileiros. O casal de professores universitários Mariah e Fábio Henrique Pereira, já com dois filhos biológicos Victor Hugo e Sophia Iara, adotou em 2005, quatro meninas, entre seis e nove anos de idade. A história emocionou os representantes de entidades, associações e dos poderes que lotaram o Plenário Deputado Osni Régis atentos à mensagem que a família Pereira passa com base em sua própria experiência. "A adoção tardia é maravilhosa e não dolorosa", conclui Mariah.

## ESPECIALISTAS DEFENDEM MUDANÇAS DE MENTALIDADE

Na programação Campanha Adoção - Laços de Amor, o psicoterapeuta Luiz Schettini com a psicóloga Suzana Sofia Moeller Schettini falaram da experiência em acompanhar a evolução do relacionamento entre pais e filhos adotivos. Eles também passaram por esta experiência e ressaltaram a importância do envolvimento da sociedade e a mudança de mentalidade.

Para Schettini, os princípios dos direitos humanos são muito disseminados na sociedade, mas pouco se fala dos deveres de cada um. Entre eles, destacou, o acolhimento e a afetividade, cujo desrespeito resulta na segregação de alguns indivíduos, considerados indesejados. "Temos parte da responsabilidade no abandono das crianças. A adoção pode ser considerada tardia pela idade da criança negligenciada, mas também devido à demora de quem adota".

Autor de vários livros sobre a psicologia das crianças adotadas, Schettini citou o desconhecimento e a excessiva expectativa por parte dos pais postulantes à adoção como principais entraves à integração de uma

criança albergada. "Os pais não podem ser imediatistas, vislumbrando na criança as nossas predisposições e desejos. A adoção é um ato ético e não genético", ensinou.

Para o psicoterapeuta, a adoção traz a simbologia de novo nascimento e pode ter consequências transformadoras não só para o abrigado, mas para a família "Não existem crianças abandonadas. Existem crianças que nós abandonamos por omissão e

egoísmo. Podemos construir novos vínculos afetivos", frisou.

Há 20 anos trabalhando com a temática da família e interação, Suzana citou Albert Einstein ao comentar os preconceitos que fazem com que 62% das crianças aptas à adoção no estado estejam acima dos 10 anos. "É mais fácil quebrar um átomo do que quebrar um preconceito e temos muito trabalho pela frente, desmistificando os mitos envolvidos no processo."



Casal Schettini, psicoterapeuta e psicóloga, considera adoção um ato ético

### PAINEL DEBATE REDUÇÃO DE PRAZOS

A redução dos prazos legais para acelerar a adoção foi debatida em painel. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, ressaltou que as crianças para adoção terão mais chances de conseguir um novo lar quanto antes for concedida a destituição legal da família biológica. A proposta teve eco no Judiciário. A juíza da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Gaspar, Ana Paula Amaro da Silveira, defendeu mudanças na legislação como também políticas públicas.

A juíza ainda citou a fragilidade na estrutura de assistência social já nos municípios que devem obedecer à Constituição Federal e dar prioridade à infância e à juventude, mas nem sempre isto acontece. "Precisamos equipes técnicas exclusivas para atendimento nas instituições de acolhimento", analisa.

Ana Paula ainda defendeu a criança como foco da adoção: "Não procuramos crianças para casais,

mas pessoas que aceitem ser pais para estas crianças e adolescentes reais que, por alguma infelicidade, não possam conviver com sua família biológica", completou.

A coordenadora do Centro de Apoio da Infância e da Juventude do Ministério Público, promotora Priscilla Linhares Albino, recomendou a mudança do "olhar turvo", lembrando que os adolescentes precisam tanto apoio quanto as crianças menores.



Juíza Ana Paula: mudanças

# COMITIVA VISTORIA COMPLEXO DO BAÚ, EM ILHOTA

Deputados visitam município que em 2008 registrou morte de 35 pessoas e prejuízos de ordem material, que ainda persistem

Cerca de dois anos e meio após as enchurradas de 2008 que provocaram o desmoronamento de morros e a morte de 35 pessoas no Complexo do Baú, em Ilhota, diversos problemas persistem: casas e edificações públicas em áreas de risco, pontes incapacitadas e assoreamento no rio Baú. Para verificar a situação, uma comitiva – integrada pelos deputados Ana Paula Lima (PT), Ismael dos Santos (DEM) e Sargento Amauri Soares (PDT), pelo secretário de Infraestrutura, Valdir Cocalchini, e por autoridades locais – realizou vistoria dia 23 em diversos pontos.

A presidente da Associação dos Atingidos da Região dos Baús (Adarb), Tatiana Reichert, manifestou preocupação com obras não terminadas ou que já não existem mais por terem sido arrastadas pelas chuvas. “Esperamos que os deputados e o secretário nos ajudem a resolver essa situação, que se arrasta desde 2008. A tragédia ficou velha, por isso estamos caindo no esquecimento”, protestou.

“ vim para verificar a situação pessoalmente. Os técnicos vão fazer uma avaliação dos problemas existentes e investigaremos as responsabilidades para tomar as medidas cabíveis”, disse o secretário Cocalchini.

Entre as áreas que necessitam de intervenção, o grupo vistoriou pontes com a estrutura comprometida e áreas em que há risco de desmoronamento de morros sobre residências. Nos fundos da Escola Alberto Schmidt, as autoridades constataram que uma obra de contenção está sendo releita, mas ainda há risco de deslizamento e o ginásio da unidade escolar continua interditado.



Dois anos e meio após tragédia ocorrida no município, população ainda convive com infraestrutura precária, com pontes improvisadas e assoreamento do rio Baú

O agricultor Olério Fischer teve parte de sua casa coberta pelo desmoronamento de um morro. Depois de ficar um ano e três meses desabrigado, ele foi autorizado a voltar para casa, mas um laudo técnico aponta que há uma fenda no topo do morro, por isso a família corre risco. “A gente voltou porque não tem para onde ir.” Na opinião da presidente da Adarb, a família deveria ter sido indenizada e reassentada, pois

não há projeto para recuperação da área. Os moradores cobram o desassoreamento do rio Baú, que a cada chuva transborda e causa prejuízos à agricultura, segundo o presidente da Câmara de Vereadores de Ilhota, Luiz Peixe (PDT). Já no terreno destinado ao reassentamento de moradores que perderam as casas na tragédia de 2008, as reclamações dizem respeito à falta de qualidade das habitações.

A previsão é de que 65 casas sejam construídas no local, que não tem saneamento básico. Até o momento, apenas dez unidades foram erguidas. São casas de baixo padrão, construídas com madeira de pinus e telhas de amianto. Essa obra está sob responsabilidade da Cohab, mas em função da demora, muitos moradores estão construindo com as próprias mãos, nos fins-de-semana.

## RELATÓRIO SERÁ ENCAMINHADO AO EXECUTIVO E AO MINISTÉRIO PÚBLICO

A deputada Ana Paula Lima informou que será encaminhado relatório sobre o que foi constatado na vistoria à Cohab, ao Ministério Público e ao governo do Estado, pedindo providências. “As autoridades receberam recursos para resolver esses problemas, por isso queremos satisfações.”

Já o deputado Ismael dos Santos acredita que, após a vistoria, o Executivo vai encaminhar as providências necessárias para restabelecer a normalidade no lugar. O deputado Sargento Soares diz que o poder público tem obrigação de cobrar qualidade nas obras executadas. “É um absurdo constatar serviços malfeitos como vimos aqui. A responsabilidade deve ser cobrada.”



Deputados Sargento Soares, Ismael, Ana Paula, e secretário Cocalchini ouvem depoimento de líder comunitária

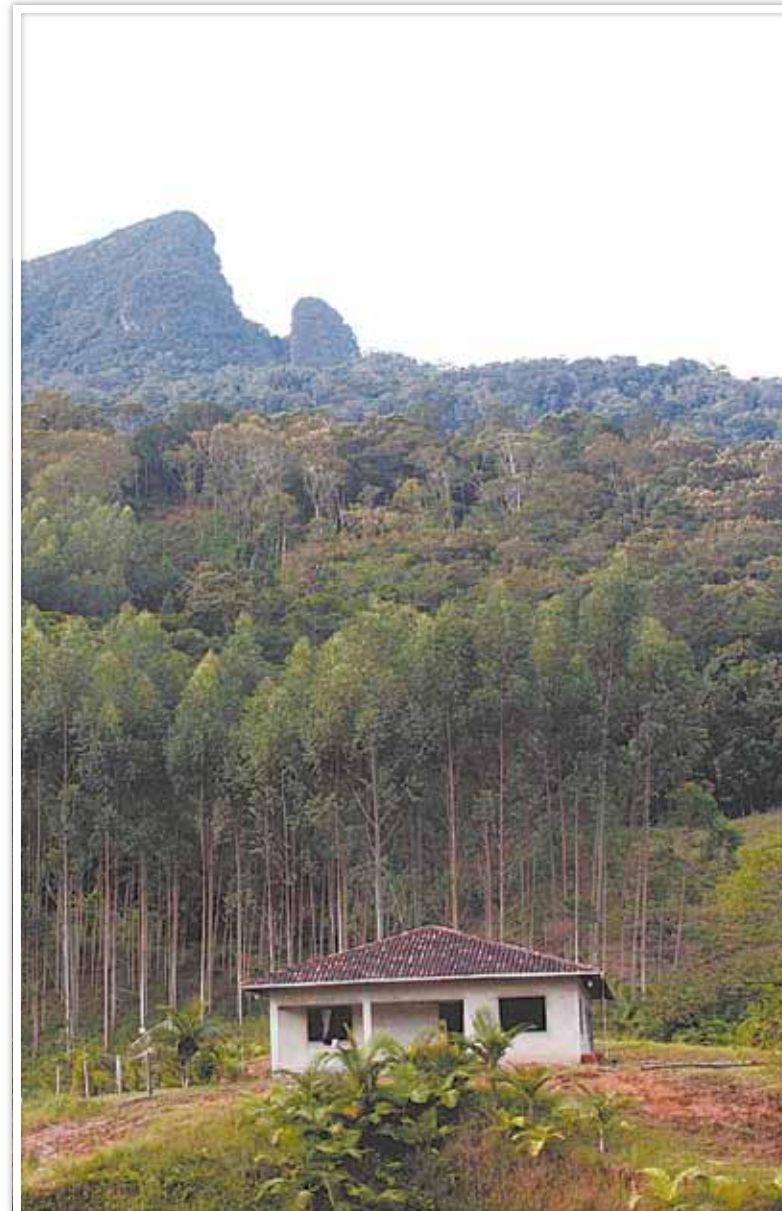


Imagem de casa abandonada por conta do risco de novos desmoronamentos

## ACREANO LUÍS TCHÊ É ELEITO PRESIDENTE DA UNALE

O deputado Luis Tchê, do Acre, sucedeu o deputado Alencar da Silveira Júnior, de Minas Gerais, na presidência da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale). A eleição foi realizada na manhã do dia 19 em assembleia geral realizada no Costão do Santinho, sede da XV Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Os representantes catarinenses na diretoria são o deputado Joares Ponticelli, eleito secretário-geral, e os deputados Romildo Titon e Elizeu Mattos, que compõem o Conselho Fiscal.

A Unale tem 60% dos 1.059 deputados estaduais como associados e adotou como uma de suas principais bandeiras o fortalecimento do Poder Legislativo. O presidente recém-empossado convocou todos os membros a fazer uma marcha a Brasília para resgatar o poder de legislar dos parlamentares estaduais.

Ponticelli, que será um dos principais organizadores deste movimento, comemorou o bom resultado das eleições que marcaram também o final da conferência, a primeira em Florianópolis e a maior realizada até hoje. Ele, que presidiu a Comissão Organizadora do encontro, que reuniu mais de mil pessoas de todo o Brasil e do exterior, disse que a programação foi plenamente

cumprida, à exceção do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Compareceram personalidades de renome como o desportista Lars Grael, o jornalista Luiz Nassif, Henry Grinbeek, um dos organizadores da Copa do Mundo sediada pela África do Sul em 2010, e outros políticos.

A diretora de Comunicação Social da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Lúcia Helena Vieira,

foi reconduzida à presidência da Associação Brasileira de Rádios e TVs Legislativas (Astral) na eleição realizada na manhã do dia 20.

A entidade, realizou paralelo à XV Conferência, o I Seminário Internacional de Mídias Legislativas e atraiu participantes de todo o Brasil, e delegações da Espanha, México, Argentina e Chile.

No mesmo dia, o deputado Silvío

Dreveck foi mantido no cargo de presidente interino do Parlamento do Sul (Parlasul), que reúne os parlamentos de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Chile e países do Mercosul. No encontro, eles estabeleceram prioridades de trabalho, entre as quais a integração ferroviária, fortalecimento do Mercosul, integração econômica e intercâmbio cultural.



Novo presidente da Unale convoca marcha a Brasília na luta para ampliar poder de legislar dos parlamentares estaduais

## LARS GRAEL EMOCIONA PÚBLICO COM PALESTRA

O XV Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, que atraiu mais de mil participantes e nove delegações a Florianópolis nos dias 18 a 20 de maio, proporcionou ao público palestras de qualidade. A última delas foi proferida pelo renomado esportista Lars Grael, que durante duas horas falou para uma plateia de aproximadamente 400 pessoas.

Grael ressaltou os principais desafios durante sua trajetória de sucesso e seu drama particular ocasionado por um acidente marítimo em 1988. Com uma ampla história de vida e dono de grandes conquistas como medalhas olímpicas, títulos nacionais e sulamericanos, Grael é considerado um dos maiores nomes do esporte nacional por priorizar em sua carreira o treinamento, a dedicação e a superação para enfrentar dificuldades encontradas em diferentes competições.

“Desde o meu ingresso no esporte foram muitas etapas até chegar à competição profissional. Superando dificuldades relacionadas à falta de apoio financeiro observei que o Brasil, considerado país do futebol, possui uma lacuna a ser preenchida:



Lars Grael encerra ciclo de palestras na conferência da Unale falando de sua experiência pessoal e como esportista

o incentivo ao esporte de base”, destacou.

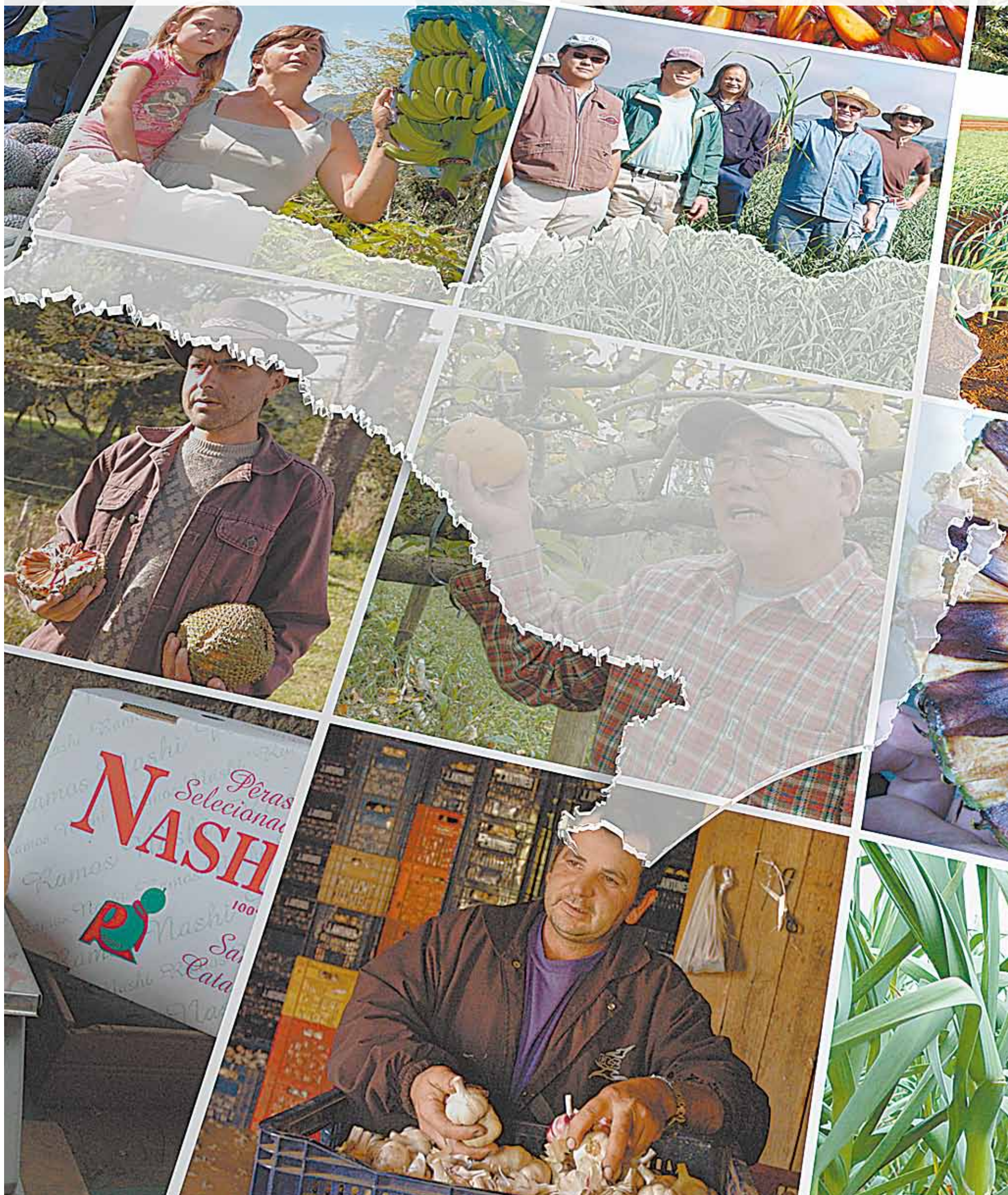
Para o esportista, o investimento financeiro é o principal incentivo em qualquer esporte, uma vez que promove estruturas e possibilita as competições. Acreditando que o esporte anda de mãos dadas com a educação, Grael explicou aos legisla-

dores que o esporte de base, se bem trabalhado, contribui para educação e, possivelmente, forma futuros atletas bem-sucedidos. “Sempre acreditei nesta ideia, porém somente após o acidente, que quase tirou minha vida e a possibilidade de velejar, é que me engajei na política em defesa de ações que possam contribuir para

o esporte nacional”, frisou.

Na ocasião, Grael falou da carreira do setor e exemplificou que no esporte marítimo, em especial na prática da vela, existe carência de serviços prestados como o da guarda costeira, imprescindível para que o esporte seja praticado com total segurança.

# ESPECIALIDADES DE SC



## EDITORIAL

## CULTURA E EXTRAÇÃO

O AL Notícias retoma nesta edição a publicação do caderno "Especialidades de SC", mostrando atividades econômicas em que Santa Catarina se destaca no cenário nacional e internacional. Seja pela excelência em tecnologia, seja por fatores climáticos que contribuem para que determinadas regiões sejam mosaicos econômicos bem-sucedidos.

Neste caderno, trazemos exemplos da agricultura, da cultura ao extrativismo. Na primeira linha, temos a herança dos imigrantes japoneses, que introduziram técnicas no estado para a produção do alho, que tem no município de Curitibanos um dos maiores produtores do país. Hoje, com a melhora do preço praticado pelos chineses, os agricultores respiram aliviados e contabilizam lucros. Outro exemplo vem do município de Frei Rogério, onde a pera asiática é prova de orgulho.

O clima quente e úmido do Planalto Norte garante ao município de Corupá a posição de segundo maior produtor de bananas do país. Condição que reflete em bons negócios para a agricultura familiar.

Da Serra catarinense e do Planalto Norte vêm dois exemplos de extrativismo que se perpetuaram ao longo do tempo: o pinhão, que ganhou um olhar voltado para a sustentabilidade com o Projeto Kayuvá, coordenado pela Udesc; e a erva-amate nativa, que busca a certificação.

## EXPEDIENTE

## COORDENAÇÃO:

Tayana Cardoso Oliveira

## REPORTAGEM E EDIÇÃO:

Sandra Annuseck

## PROJETO GRÁFICO:

Lucas Gabriel Diniz

## FOTOGRAFIA:

Cleia Maria Braganholo

## APOIO DIAGRAMAÇÃO:

Tiago Fontão Alexandre

Victor Barbato

## APOIO LOGÍSTICO:

Mário Sérgio Machado



MARCO ANTONIO LUCINI

Com investimentos em tecnologia, região de Curitibanos que tem 1.500 hectares cultivados conseguiu triplicar a produtividade no campo

## CURITIBANOS VIVE NOVA ERA NO ALHO

Município que já foi maior produtor do país recupera fôlego com alta no preço praticada pela China

O clima frio e o solo fértil garantiram durante anos ao município de Curitibanos, no Meio-Oeste, a condição de maior produtor de alho do país. Tudo poderia ter sido diferente se os produtores, predominantemente de origem japonesa, não tivessem sofrido o revés da concorrência chinesa, culminando com a crise de 2008, quando o quilo chegou a ser comercializado a R\$ 3,00.

De lá pra cá, muitos abandonaram as terras de Curitibanos e migraram para outras regiões do país. Os que permaneceram, hoje não se arrependem de terem insistido na cultura, já que a China, que balisa o preço no mercado internacional,

se viu obrigada a reajustar o valor "A China domina o mercado internacional. Hoje, ela está vendendo de 20 a 29 dólares a caixa, refletindo na me-



Lucini: retomada de hectares

lhora do preço para o nosso produtor", observa o agrônomo Marco Antônio Lucini, da Epagri de Curitibanos, também produtor de alho e um dos mais renomados especialistas no assunto, autor do livro "Manual Prático de Produção do Alho".

Hoje, a região compreendida pelos municípios de Curitibanos, Frei Rogério, Lebon Régis, Fraiburgo e Brunópolis reúne cerca de 300 produtores, respondendo por 1.500 hectares cultivados. "No auge dos anos 80 até meados dos anos 90, já tivemos 4.400 hectares. A China entrou no mercado em 1993. Só em 2009, o preço melhorou e continua estável em cerca de R\$ 5,00 o quilo",

contextualiza o agrônomo. O auge da crise foi em 2008, quando, na visão do agrônomo, permaneceram na atividade os que tinham mão-de-obra essencialmente familiar e assim conseguiram reduzir os investimentos diretos.

Com a melhora do preço a partir de 2009, Lucini prevê uma retomada na área cultivada. "O processo será lento, mas se o preço continuar em alta a tendência é de recuperação com o aumento de hectares", observa Lucini, estimando que a região colha, em média, 11 toneladas por hectare, tendo triplicado a produtividade com investimentos em tecnologia.

## UMA CULTURA DE INVERNO

Um cultura de inverno, que exige cuidados especiais do produtor. O acompanhamento da área cultivada é diário para prevenir doenças. Hoje, o maior produtor do país é Cristalina, em Goiás, sendo seguido por São Gotardo, em Minas Gerais, regiões que receberam o reforço de imigrantes japoneses vindos da região, como de Curitibanos.

O alho cultivado em Curitibanos é plantado nos meses frios de inverno - junho e julho. "Ele precisa de frio para formar a cabeça", explica Lucini, destacado que a colheita vai abastecer o mercado nacional a partir de dezembro até meados de julho.

No Centro-Oeste, no Cerrado brasileiro, há a cultura do alho vernalizado (aquele plantado sem frio natural, mas

com dente desenvolvido na câmara fria), plantado de março a maio, com colheita de julho a outubro, explica o agrônomo.

Mesmo assim, o Brasil não é auto-suficiente na cultura, dependendo da exportação, tendo a China e a Argentina como principais fornecedores. "O alho argentino concorre diretamente com o produzido no Sul do país e o chinês com o do Centro-Oeste", escreve Lucini no Manual Prático de Produção de Alho.

Com a melhora do preço, Lucini observa com otimismo o aparecimento de novos agricultores, que começaram a apostar na cultura, e na perseverança de antigos, que mesmo diante da crise, continuaram a apostar na atividade.

### PERSEVERANÇA



Entre os que perseveram no alho, está José Albertino Antunes, que aprendeu a técnica com os japoneses. Antunes tem no alho seu principal produto, colhendo 24 toneladas/safra e conseguiu sobreviver por contar com mão-de-obra familiar. "Na crise, só consegui cobrir os gastos", lembra.



Casal Ito que trocou interior de São Paulo pela região de Curitiba há mais de três décadas exibe com orgulho peras de tamanho gigante, que se destacam também pelo sabor adocicado

## FREI ROGÉRIO É DESTAQUE NA PERA ASIÁTICA

Herança dos imigrantes japoneses, fruta de dimensões gigantescas, podendo pesar até 800 gramas, é diferencial no Brasil

Mais do que a origem japonesa, o casal Ito mantém com a pátria mãe os fortes laços com a fruticultura. Mieko, 65 anos, e seu marido Massanori, 66 anos; ela já nascida no Brasil e ele no Japão, trocaram há mais de 30 anos o interior de São Paulo pelo pequeno município de Frei Rogério, cerca de 36 quilômetros distante de Curitiba. A mudança teve uma razão muito especial: o clima frio, ideal para a agricultura com valor agregado, como é o caso da pera asiática, de dimensões gigantescas, podendo chegar a pesar cada uma 880 gramas.

Com 1,5 hectare cultivado, a família tem no forte espírito de perseverança e dedicação traços marcantes nos imigrantes japoneses, os ingredientes do sucesso

de uma empreitada que começou com a produção de alho, a exemplo de muitos produtores da região de Curitiba.

Com o esgotamento das condições do solo no final da década de 90, decidiram apostar na floricultura - produziram durante anos cravo - e também fruticultura. E com o apoio técnico do governo japonês, resolveram investir na produção de peras.

A primeira variedade, de nome século XX, não se adaptou à região. "Ela exigia mais frio e com isso agrônomos do governo japonês vieram para cá e enxertaram uma espécie que se adaptou melhor ao clima", lembra Mieko, que também conta com a ajuda de um dos filhos, Armando, para tocar os negócios. "Ele estuda administração", orgu-

lha-se a mãe.

O enxerto deu certo e o resultado é uma safra anual, em média, de 52 toneladas. "Um hectare produz 35 toneladas", calcula Massanori, que comercializa a produção através do sistema consignado diretamente para a Ceasa de São Paulo, que distribui a pera da família Ito para o Brasil afora.

Além do apoio técnico dos agrônomos japoneses, a família Ito seguiu e continua seguindo à risca a cartilha para garantir a produtividade de seu 1,5 hectare cultivado.

"Não descuidamos da adubação química e orgânica e das podas. É trabalho o ano inteiro", confessa Mieko, que contrata mão-de-obra da vizinhança para dar conta da demanda.

### TRABALHO PARA O ANO INTEIRO



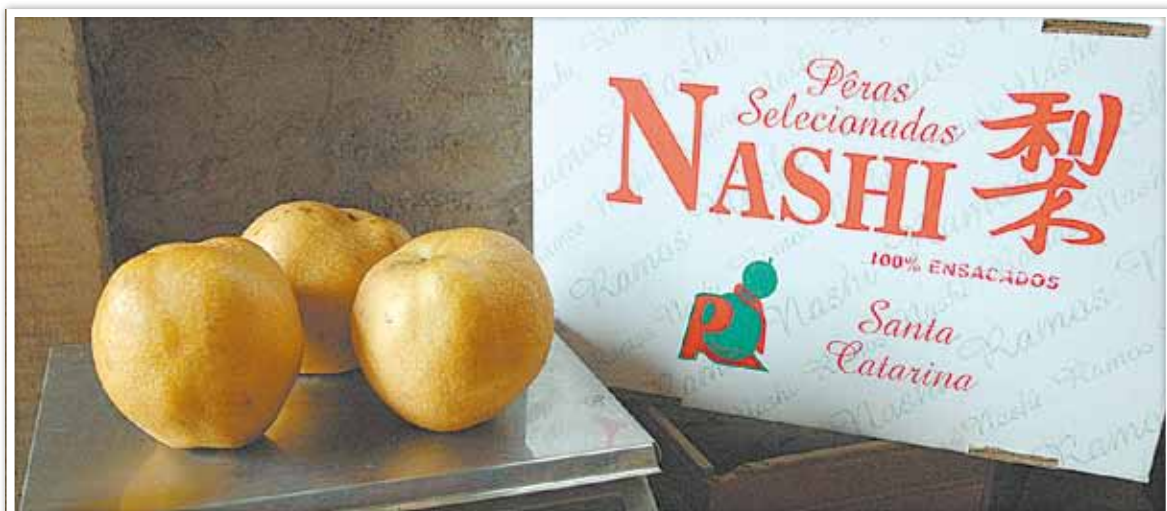
Peras exigem cuidado constante dos produtores

A colheita da pera é feita em fevereiro. A produção que não é comercializada de imediato é mantida em uma câmara fria até o final de abril. A câmara é da família e tem capacidade para receber 20 toneladas. Ela também acondiciona a produção de alho de agricultores da vizinhança.

No outono, Mieko e o marido fazem a poda verde e impermeabilizam com cola as áreas atingidas. No inverno, uma nova poda e também adubação.

Chegada a primavera, é hora da polinização manual para segurar a fruta na árvore. "As abelhas não conseguem dar conta de tudo. Por isso, entra a mão do homem", ensina Mieko.

Em outubro e novembro, a exemplo do que acontece com a maçã, ocorre o raleio, ou seja, a seleção das frutas que vão permanecer no pé. Em meados de novembro, os Ito protegem as frutas com saquinhos para evitar o ataque de insetos.



Peras são selecionadas e embaladas na própria propriedade Ito, genuinamente baseada na agricultura familiar

# CORUPÁ É SEGUNDO MAIOR PRODUTOR DE BANANAS DO PAÍS

Capital Catarinense da Banana coloca no mercado fruta de qualidade e de sabor mais doce, conquistando consumidores também do Mercosul

Não é por acaso que Corupá, município localizado no Norte de Santa Catarina e a 210 Km distante de Florianópolis, leva o nome de Capital Catarinense da Banana, título concedido pela Assembleia Legislativa em 2002. Cercado pela Serra do Mar, o município é hoje o segundo maior produtor do país, perdendo a liderança apenas para Venceslau Guimarães, na Bahia, segundo levantamento do IBGE.

São 150 mil toneladas/ano abastecendo especialmente os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Cerca de 15% da produção ainda tem como destino a Argentina, que não produz a fruta e tem no mercado brasileiro uma opção terrestre mais próxima. A atividade gera em torno de dois mil empregos diretos e indiretos.

Considerada um dos principais alimentos, a banana encontra em Corupá todos os ingredientes necessários para se desenvolver. A localização nas encostas da Serra do Mar cria um microclima específico e apropriado para a fruta, de temperatura quente e úmida, com maior amplitude térmica e chuvas bem distribuídas.

Essas condições garantem à fruta um sabor diferenciado, sendo mais doce. Isto porque, segundo especialistas, o microclima torna o tempo de maturação do fruto mais demorado, comparando-se o levado em outras regiões. Com isso, a banana permanece até 30 dias a mais na planta, ocorrendo assim maior acúmulo de açúcares naturais.

A base do sucesso da atividade também está na agricultura familiar e nos crescentes investimentos em prevenção de pragas. São 750 famílias vivendo da atividade, que cobre 5.500



Agricultura familiar é base da produção da fruta, que tem como principais mercados São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além da Argentina

hectares do município. Mesmo assim, 20 agricultores detêm 50% da produção. "A base é agricultura familiar. Cada produtor tem de oito a 10 hectares", estima a diretora administrativa da Associação dos Bananicultores de Corupá (Asbanco), Eliane Cristina Müller, entidade que congrega 502 associados.

Mas o sucesso tem mais um diferencial ressaltado por Eliane: a participação da mulher no processo numa atividade de meio século. "A

mulher desempenha jornada tripla e está no campo", observa a dirigente. O extensionista da Epagri/Corupá, George Livramento, agrega mais um ingrediente à fórmula que tem colocado o município em segundo lugar no ranking de produção do país. Com base na observação de campo que faz da atividade, George diz que a colheita da propriedade vai bem quando a família vai bem. "O sucesso vem quando o casal trabalha junto", constata.

## O ARTESANATO DA FIBRA AGREGA VALOR NA RENDA DAS FAMÍLIAS

A Epagri de Corupá tem um trabalho voltado para agregar valor à renda da agricultora. A frente da missão está a extensionista rural, Maria Depin, que comanda cursos de extração de fibra e de artesanato na região.

Na comunidade de Rio Novo, funciona uma unidade de extração de secagem da fibra. "O problema é que falta mão-de-obra. A mulher continua muito presente no campo, uma atividade que continua lucrativa, e faz artesanato apenas nas horas livres", observa Maria.

O problema, segundo Maria, é que poucas mulheres veem no artesanato uma fonte certa de renda. Por isso, muitas quando não trabalham no campo acabam recorrendo a outras atividades para garantir o ganho-pão.

Por esses fatores, segundo Maria, o artesanato que tem na fibra da bananeira sua matéria-prima ainda está engatinhando na região.

"Nosso problema também está ainda na extração, que é extremamente manual, o que afasta muitos", observa a extensionista, apostando na automação para garantir um salto na produção.

Neste sentido, a Udesc de Joinville desenvolve projeto para criar uma máquina para agilizar a ex-

tração. Em números, a fibra se revela uma atividade promissora. Enquanto uma caixa de banana é comercializada pelo produtor ao atravessador por R\$ 6,00, o quilo da fibra é vendido a R\$ 25,00.

Além do artesanato, a Epagri de Corupá trabalha em outras frentes para ajudar a agregar valor na renda do produtor rural. Um dos projetos é o da agroindústria de processamento da banana-passa, uma biomassa de banana verde que substitui o alimento natural.



Extensionista rural da Epagri, Maria Depin, lidera trabalho com fibra da bananeira



Coelhinho da Páscoa carrega cenoura também feita de fibras

### OS BENEFÍCIOS

A polpa da banana é rica em ferro, que favorece a produção de hemoglobina ajudando no combate da anemia; em potássio, que evita câibras, fadiga muscular e alterações nos batimentos cardíacos e ajuda no combate à gastrite; em fibra, que atua na redução dos níveis de gordura; em vitamina B6, que miniza os sintomas pré-menstruais e no combate à insônia; e em vitamina C, um antioxidante, que ajuda na produção de colágeno.

### CURIOSIDADES

Os baixos níveis de sódio e gordura fazem com que a banana seja indicada nas dietas de pessoas que têm problemas de coração, rins e pressão alta. Por ser rica em potássio, também é recomendada para recuperar energia.

## FAMÍLIA TRABALHA UNIDA NO CAMPO

Os Voigt são um exemplo de família que trabalha unida na bananicultura. O agricultor Wilson e sua mulher Isolde vivem há 25 anos da atividade. Os filhos Anderson (24), Adilson (23) e Alécio (15) também ajudam na produção. Um deles chegou, inclusive, a trabalhar por um período numa indústria em Jaraguá do Sul, mas acabou desistindo. "Ele viu que ganha mais aqui do que na cidade", lembra a mãe Isolde, que tem na jornada ainda a função de cuidar da neta Raissa, de 4 anos.

A família Voigt tem 12 hectares de bananais. Cada um deles produz por ano cerca de 30 toneladas, totalizando uma produção de 360 toneladas/ano. "Isso é superior à média, que é de 28 toneladas por hectare", constata o Fernando da Silva, técnico em Agropecuária da Asbanco. As duas toneladas a mais por hectare refletem o modo de trabalhar dos Voigt.

"O Wilson faz o controle regular de pragas e investe em adubação e em calagem, ou seja, garante o equilíbrio regular do PH do solo", observa Fernando. Outra técnica que faz a diferença é o ensacamento, ou seja, o cacho é coberto por um plástico, que acelera o amadurecimento e aumenta o peso do fruto. "Se não fosse usado o saco, o fruto levaria 30 dias a mais para amadurecer", explica Fernando.

A produção da família Voigt é contínua, acontece o ano todo e tem destino certo. "Nos colhemos, embalamos e vendemos tudo para um fornecedor de São Miguel do Oeste", revela Wilson, que assim cerca de R\$ 10,00 pela caixa de 22 quilos, enquanto que atravessador paga em torno de R\$ 7,00. No final das contas, Wilson consegue receber em média 25% a mais por caixa, aumento sua margem de lucro.



Observado pela mulher Isolde e pela neta Raissa, Wilson mostra resultado

O MAPA	RAIO-X DA PRODUÇÃO
750 famílias produzem banana em Corupá; 20 famílias detêm 50% da produção; Área cultivada é de 5.500 hectares; A base é agricultura familiar	1 hectare tem 1.666 plantas; 1 hectare de banana produz 1,6 mil cachos; Uma caixa tem 22 quilos; Um cacho pesa de 25 a 30 quilos; Cada pé produz 1,4 cachos

AS VARIEDADES	
NANICA (CATURRA)	PRATA
Fruto reto, de até 15 centímetros de comprimento, casca amarelo-esverdeado de cinco facetas. Tem a polpa menos doce que a da nanica, mas é considerada mais consistente	Casca fina e de cor amarelo-esverdeada. Tem a polpa bastante doce, macia e de aroma agradável

## PRODUTORES MOBILIZADOS NO CONTROLE DE PRAGAS

Quem percorre as propriedades rurais de Corupá encontra Placas de sinalização no controle da Sigatoka, Negra, um fungo que ataca as folhas da bananeira, trazendo prejuízos para o produtor. Ela é considerada a principal praga, ocasionando manchas nas folhas. A partir do momento que o produtor detecta as marcas, começa a pulverização.

As placas, ilustradas com uma sinalização de trânsito, são usadas como comunicação entre técnicos e produtores. Elas informam a condição de desenvolvimento da doença e o produto a ser pulverizado.

No sinal verde, indica que a doença está sob controle; o amarelo, doença em evolução, os produtores

devem ficar em alerta; e o vermelho, requer pulverização imediata. Segundo técnicos, o monito-

ramento permite decidir o melhor momento para iniciar o controle da doença com aplicação do fungicida.

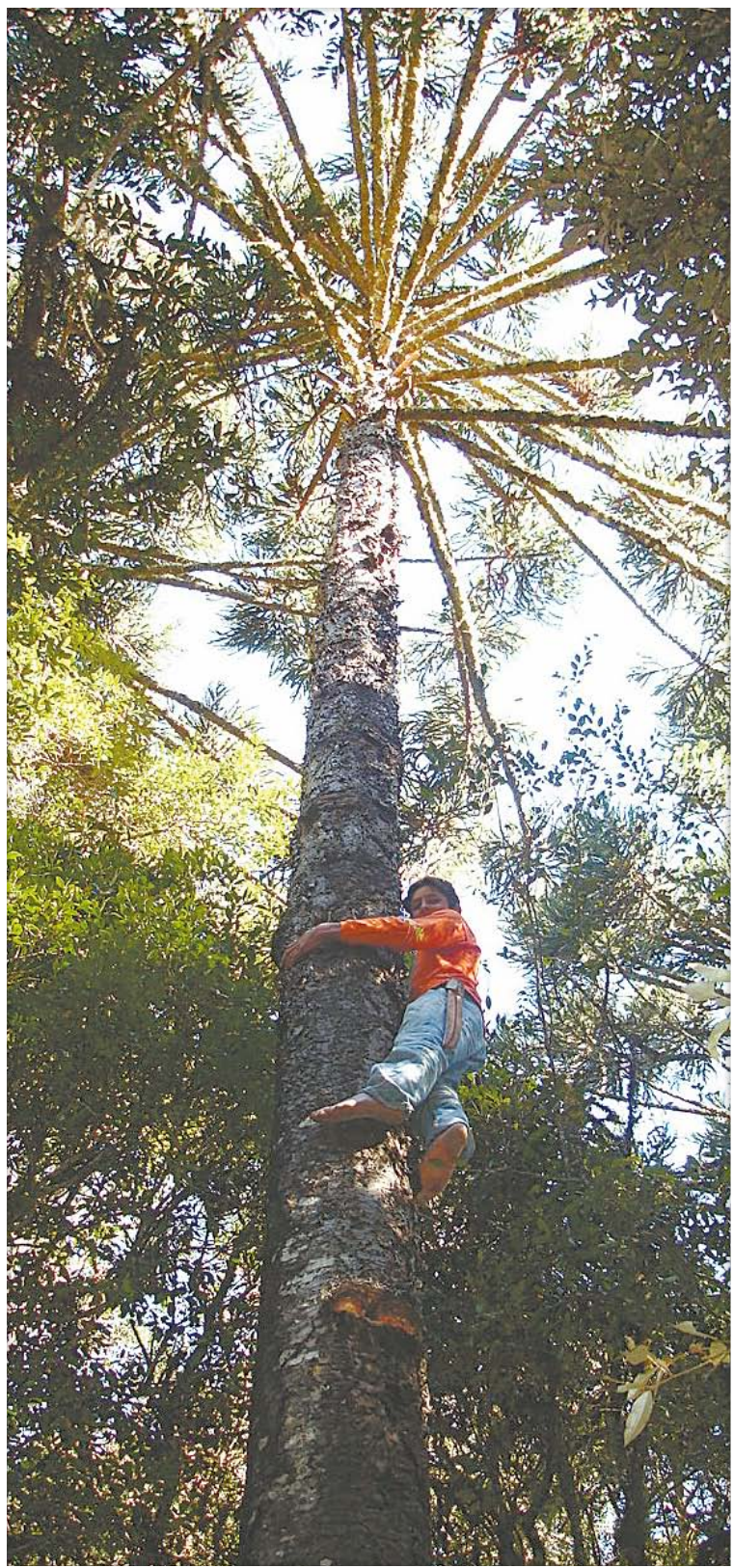


Placas de controle de pragas estão espalhadas pelas propriedades



Com bananeiras de em média 50 anos de vida, Corupá tem 5.500 hectares e 750 famílias vivendo da atividade





Projeto ensina técnicas seguras para a extração da pinha



Uma tradição que se mantém viva nas propriedades da região

PROJETO KAYUVÁ

# PINHÃO, A TRADIÇÃO SERRANA

Projeto Kayuvá busca conservar e preservar a floresta araucária

O Planalto Serrano é sinônimo de colheita farta em tratando-se de pinhão, semente da araucária. Na esteira dessa condição, nasce a missão de preservar a floresta e também de promover o desenvolvimento consciente. O trabalho é a base do projeto Kayuvá, coordenado pelo professor da Udesc/Lages, João Fert Neto, engenheiro florestal, e desenvolvido através de uma parceria com o CNPq, Sebrae, Instituto Pereté para o Desenvolvimento - iPereté e Epagri/Painel. "O pinhão faz parte da cultura e da história. Precisamos redespertar a identidade cultural da região", afirma o professor.

Kayuvá significa "povo da floresta" e é também uma variedade de pinhão, uma cultura extrativista, ou seja, a floresta o produz e o entrega pronto para o consumo humano e também animal.

O objetivo do projeto, segundo

Fert, é valorizar a floresta, para que esta mantenha-se conservada. "Precisamos despertar no agricultor o interesse pela floresta", ensina o professor, lembrando que o projeto está em ação desde 2008.

Partindo do marco zero, os pesquisadores saíram com a missão de fazer uma radiografia do pinhão. Começaram identificando quem é o colhedor de pinhão e constataram que a atividade é secundária, marginalizada, na própria concepção do que o pinhão representa para as famílias. "Primeiro vem o gado, agricultura e outras fontes, para depois aparecer o pinhão", lamenta.

Como reflexo, a cadeia produtiva não é organizada, repercutindo no preço com que a semente chega ao mercado. No Planalto Serrano, o maior produtor é Painel, município que pertencera a Lages, com pouco mais de 2.500 habitantes. Também

produzem a semente Urupema, São Joaquim, Bom Jardim da Serra e São José do Cerrito.

Além de ser marginalizado pelo próprio agricultor, o pinhão ainda colhe os dissabores de uma atividade suscetível a acidentes de trabalho. Para driblar o problema, o projeto Kayuvá desenvolveu métodos de colheita, com aulas de rappel nas comunidades, que ressentem a falta do chamado "colhedor de pinhões".

"Faltam colhedores. E um dos nossos objetivos foi formar mão-de-obra, reduzindo os acidentes de trabalho", lembra o professor.

Em outra frente, o projeto monitora a produção em 120 áreas, identificando a variação na produção. Os bolsistas do CNPq fazem também pesquisa de mercado, identificando o preço a que o produto é comercializado. "Ele oscila hoje de R\$ 0,80 a R\$ 1,50", estima o professor.

## SUSTENTABILIDADE

O Projeto Kayuvá trabalha a extração do pinhão sustentável e a conservação da araucária. Ensina o produtor familiar a valorizar a semente, visando tornar a extração uma atividade que tenha como destino um mercado justo.

O pinhão é semente da árvore araucária e serve de alimento para homens e animais. Dentro de seu ciclo, ele se desprende da árvore quando a pinha amadurece e debulha. Isto pode acontecer naturalmente ou pela ação de animais.

A semente é rica em reservas energéticas. A colheita ocorre de abril a agosto e deve ser feita de maneira a não causar prejuízos para a recuperação da araucária, assegurando assim a alimentação da fauna silvestre durante o inverno.

O Projeto Kayuvá aponta a existência de 350 espécies vegetais de importância biológica na Floresta Araucária, que integra a Mata Atlântica.

PROJETO KAYUVÁ

## EM BUSCA DA CERTIFICAÇÃO

O pequeno produtor é a base do extrativismo do pinhão. Estima-se que a região serrana tenha uma área de 100 hectares de pinhão, que tem como destino o mercado informal.

Para quebrar esse ciclo, busca-se chegar à certificação do pinhão sustentável. O caminho, ensina Fert, passaria por um consumidor consciente, que irá adquirir um produto em consonância com o respeito à natureza e as condições adequadas de trabalho para o colhedor, sem risco de acidentes de trabalho. "São normas de segurança, valorizando a floresta", explica o professor.

O projeto trabalha para propor normas e critérios para a certificação do produto. "Precisamos definir quais os indicadores para a certificação", observa.

Para se chegar ao objetivo, necessário se faz organizar o produtor. Neste sentido, o projeto Kayuvá dá apoio à organização de associações e cooperativas. Também divulga boas práticas de produção, armazenagem e comercialização.

Em outra ponta, surge também a necessidade de agregar valor ao produto. Isto passaria por investimentos em infraestrutura, com a aquisição de câmaras frias, permi-

tindo ainda incentivos ao processo de industrialização para a produção de farofa de pinhão e outros itens da culinária serrana que utilizam o pinhão como ingrediente.

Para incentivar a gastronomia serrana, Fert destaca a realização de cursos específicos no Instituto Federal de Urupema.



Fert: valorização da floresta

# PAINEL É MAIOR PRODUTOR DA SEMENTE EM SC

Agricultores estão confiantes nos benefícios que a isenção do ICMS, aprovada pela Assembleia, vai ocasionar ao município



Anterior à chegada do homem branco, o pinhão serviu de alimento para tropeiros, animais e hoje é sinônimo de saúde

Maior produtor de pinhão na serra catarinense, o pequeno município de Paineel, com cerca de 2.500 habitantes, colheu em 2011 algo em torno de 55 mil sacas de pinhão, o que corresponde a aproximadamente 2,7 toneladas. A produção regional, incluindo também os municípios de Bom Jardim da Serra, São Joaquim, São José do Cerrito e Urupema, está estimada em torno de 250 mil sacas de 50 kg, ou seja, 12,5 toneladas.

Os números são da Epagri/Paineel, que tem à frente do escritório local, o estudioso da mata araucária, João Antenor Pereira, popularmente batizado de "João Boiadeiro", um profundo conhecedor da atividade extrativista do pinhão e especial-

mente envolvido com as causas do produtor, que vive num município carente de infraestrutura.

"Precisamos organizar a cadeia produtiva e melhorar sua inserção no mercado consumidor", reconhece o agrônomo. O caminho passa, segundo ele, pela organização de uma cooperativa, que já tem inclusive nome provisório: a Cooperpinhão. A empreitada, no entanto, requer investimentos. Entre eles, a aquisição de uma câmara fria. Com ela, os "colhedores de pinhão" não desovariam a produção de uma única vez no mercado e poderiam regular a oferta, refletindo com isso no preço.

"É necessário armazenar, classificar e agregar valor ao pinhão", observa Boiadeiro, que defende a comercialização do pinhão pré-cozido, que poderia ser adicionado inclusive na merenda escolar e também direcionado à exportação, respeitando as regras e as exigências do mercado internacional.

Boiadeiro lamenta a forma com que a extração de pinhão é vista pelo próprio agricultor. "É uma atividade marginalizada. Falta aperfeiçoamento técnico. Com isso, registramos falta de mão-de-obra e acidentes, o que limita a colheita", observa o agrônomo.

## HISTÓRIA

Em Paineel, o pinhão encontra as condições adequadas. Por isso, a semente é de qualidade e abundante. "O clima e o solo garantem um produto diferenciado, perfeitamente adaptado ao ecossistema", observa.

A semente faz parte da história do município. Ela é anterior à chegada do homem branco na região. "Os índios nômades se deslocavam em função da disponibilidade de alimentos; entre eles, o pinhão", relata. Mais tarde, tornou-se alimento para os tropeiros e também virou dieta na ração usada para criação de porcos e outros animais até o início do ciclo extrativista da araucária, quando na década de 40 o pinheiro virou referência na construção de propriedades. Com a restrição do corte, nos anos 80, as árvores remanescentes garantiram a sobrevivência da semente.

Segundo pesquisas recentes, dos 200 mil km<sup>2</sup> de mata araucária que existiam antes da colonização, apenas 6% sobreviveram, garantindo ao pinhão um opção de renda para muitos produtores da região. "Hoje ele virou sinônimo de uma alimentação saudável através de uma nova concepção de consumo, consciente e sustentável, ou seja, uma promessa de resgate ambiental e social", acrescenta.

## INCENTIVO FISCAL

Mesmo na condição de maior produtor de pinhão da serra catarinense, Paineel não conseguia desfrutar das vantagens fiscais de tal condição, não obtendo o retorno de ICMS.

Isto porque a nota fiscal do pinhão era na maioria das vezes emitida pelos atravessadores, em municípios para os quais a mercadoria era destinada. "Santo Amaro da Imperatriz, que não tem uma árvore de araucária, aparecia como uma dos maiores produtores de pinhão", lamenta um produtor que prefere não ser identificado.

Mas o enredo da história mudou a partir da aprovação pela Assembleia Legislativa, em abril último, do Projeto de Lei nº 102/2011, de autoria do Executivo, que isenta os produtores de pinhão da cobrança de ICMS.



Mauro Branco Vieira colhe de oito a dez toneladas ao ano

## 'SABEMOS COLHER PINHÃO'

Nativo de Paineel, o pecuarista Mauro Branco Vieira, 43 anos, tem na extração do pinhão uma fonte secundária. Mesmo assim, é um dos produtores mobilizados para resgatar a autoestima da atividade. "Sabemos colher pinhão. Precisamos sim nos organizar para vender melhor nosso produto", acredita.



Boiadeiro: Cooperpinhão

# ESPECIALIDADES DE SC

## A ERVA-MATE NATIVA DE CANOINHAS

Município do Planalto Norte está mobilizado para obter Indicação Geográfica para certificar produção



FERNANDO TOKARSKI

A história do Planalto Norte se confunde com a história da ervateira do Brasil. No coração da atividade, pulsa Canoinhas, município que detém o título de Capital Catarinense dos Produtores de Erva-Mate, concedido pela Assembleia Legislativa em 2001.

A atividade comercial existe há pelo menos 152 anos, tendo como destino especialmente a exportação para o Mercado Platino, via portos de Paranaguá e São Francisco do Sul. A constatação faz parte de uma radiografia traçada pelo Sindicato das Indústrias de Mate do Estado de Santa Catarina (Sindimate) em junho de 2010.

O estudo serve de base para o processo de Indicação Geográfica (IG), ao qual Canoinhas está se credenciando junto ao Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual. Com o IG, o município só tem a ganhar, já que ocorre a delimitação do território em que a erva é produzida. "O IG traz benefício para a população em geral, melhorando a autoestima através do reconheci-

mento de um produto, que ganhará selo e terá seu valor agregado", observa Marcos Euclides Vieira, agrônomo, e secretário-executivo regional da SC Rural.

Quem está à frente da empreitada é o também agrônomo, Adriano Martinho de Souza, da Epagri de Canoinhas, que está envolvido com o projeto do IG há cerca de dez anos, realizando palestras na região com objetivo de mobilizar os produtores da região para o projeto. "O IG é um ato declaratório e o reconhecimento de uma origem", observa.

Profundo conhecedor da história do Contestado, Adriano explica que as pessoas se deslocaram para a região do Planalto Norte por causa da erva-mate. "A erva era um dos itens da disputa da Guerra do Contestado", emociona-se o estudioso, que defendeu em 1998 a tese de mestrado "Dos Ervais ao Mate - Possibilidade de revalorização dos tradicionais processos de produção e transformação da erva-mate."

### RENDA PARA 4 MIL FAMÍLIAS

Cerca de 4 mil famílias vivem da erva-mate no Planalto Norte, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). Mais de 22 mil toneladas de erva-mate cancheada foram comercializadas em 2008. Cancheada é a erva não beneficiada, não padronizada; bruta, que é submetida ao processo de sapeco,

secagem, malhação, trituração e/ou cancheamento, servindo de matéria-prima para chimarrão e tererê. Ela tem como destino o mercado externo, sendo o Uruguai o principal mercado. De 1930 e 1970 a Argentina foi um dos três grandes importadores, mas passou a produzir a erva florestada.

### EM BUSCA DO RECONHECIMENTO

A busca do IG é um processo longo. O agrônomo Adriano Martinho de Souza, da Epagri de Canoinhas, sabe melhor do que ninguém das exigências que permeiam o objetivo.

De 1999 a 2003, a proposta da Indicação Geográfica foi apresentada em seminários e reuniões com ervateiros e agricultores de São Mateus do Sul (Paraná) e Canoinhas. Como segunda etapa, de 2003 a 2007, a proposta amadureceu e alcançou-se o consenso em torno da importância em conquistar a indicação.

"O IG é essencial para agregar valor ao nosso produto e também reconhecer a erva com um produto de qualidade. Ele só vem coroar um processo histórico", observa o historiador Fernando Tokarski, chefe de gabinete na Prefeitura de Canoinhas, que tem a missão de fazer a abordagem histórica da erva-mate no processo do IG.

Em 2006, o grupo liderado por Adriano obteve o sinal verde do

Ministério da Agricultura ao projeto. De 2007 até os dias atuais, o agrônomo realiza o trabalho de campo buscando "despertar" nas empresas e instituições ervateiras de Santa Catarina e do Paraná a importância da conquista. Neste sentido, foi realizado em dezembro de 2007 o "Seminário Ervateiro São Mateus do Sul-PR". "Estamos buscando despertar nas lideranças a essência do que a erva representa economicamente. O resgate de uma identidade, colocando a tradição no futuro", filosofa Adriano.

Entre os IGs já concedidos pelo Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual, estão do café produzido no Cerrado Mineiro; o da cachaça de Parati (RJ), do couro do Vale dos Sinos, entre outros. Em Santa Catarina, os produtos de vinhos do Vale das Uvas Goethe, no Sul do estado, e do queijo serrano, da região de Lages, também buscam a Indicação Geográfica.



Adriano: à frente do IG



Tokarski: apoio histórico



MAPA DAS ERVATEIRAS

# AUDIÊNCIA DISCUTE DESTINO DE AUTOESCOLAS

Centros de Formação de Condutores comemoram Termo de Ajustamento de Conduta que reabre estabelecimentos

A Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), realizou, dia 25, por solicitação do deputado Sargento Soares (PDT), audiência pública para discutir a situação dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) de Santa Catarina. A discussão foi monopolizada pela decisão do Executivo e do Ministério Público de firmarem, dia 24, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), permitindo que todos os CFCs funcionem normalmente até a conclusão do processo licitatório, do qual emergirão, definitivamente, os CFCs autorizados a operar em Santa Catarina.

Coube à presidente da Associação Catarinense dos Centros de Formação de Condutores (ACFC), Yonara Ribeiro, dar a notícia de que, desde às 8h30min do dia 25, o Detran havia liberado o sistema para todos os CFCs, inclusive para aqueles que foram fechados por decisão judicial. Yonara se posicionou favoravelmente ao Termo de Ajustamento de Conduta, bem como à realização de licitação para a escolha definitiva dos CFCs no estado.

Ela, contudo, lembrou a necessidade de todos os CFCs trabalharem em igualdade de condições e de participarem do processo licitatório também em igualdade de condições.

O presidente da Associação dos Centros de Formação de Condutores (Autesc), José Altamir Ribas da Costa, se posicionou favoravelmente ao processo licitatório, mas contrariamente ao TAC, por entender que aqueles CFCs que agora estão



Decisão do Executivo e do Ministério Público, firmada através de TAC, monopoliza debate em reunião promovida pela Comissão de Segurança

autorizados a prestar serviços por decisão judicial não poderiam voltar a funcionar. “É uma vergonha, esse TAC vai ocasionar novas demandas judiciais”, declarou o presidente da Autesc. Ele também sugeriu que o edital discipline o tamanho e o número das salas de aula, o posicionamento da recepção, além de banheiros para ambos os sexos.

O presidente do Sindicato dos Centros de Formação dos Condutores de SC, Murilo dos Santos, também chamou a atenção para a judicialização da matéria, pois no entendimento do sindicato aqueles CFCs que obtiveram liminares que depois foram cassadas pela Justiça não poderiam voltar a funcionar.

## DETRAN APOSTA NA FISCALIZAÇÃO

O presidente do Detran, Vanderlei Rosso, esclareceu que todos os CFCs do estado estão aptos a funcionar, sem qualquer restrição. Rosso afirmou que esta foi uma decisão de governo, rápida e ágil, como a matéria exigia. Ele garantiu que todos os CFCs têm condições de funcionar adequadamente, sem prejuízo da qualidade, pois “são muito bem fiscalizados”.

O deputado Silvio Dreveck (PP) ponderou que a polêmica instalada

no seio dos CFCs traz insegurança jurídica. Ele lembrou que as empresas que obtiveram autorização judicial precária para abrir as portas estão amargando prejuízos com a cassação das liminares.

O deputado Aldo Schneider (PMDB) enalteceu o trabalho dos deputados Sargento Soares e Maurício Eskudlark (PSDB) junto ao governo e ao Ministério Público, na busca de um consenso que culminou com a assinatura do TAC.

O líder do governo em exercício, deputado Jean Kuhlmann (DEM), declarou que o Executivo vai garantir uma licitação justa, de modo que cada município possa ter uma autoescola. Também participaram da audiência pública os deputados Neodi Saretta (PT), José Nei Ascari (DEM), Kennedy Nunes (PP), Reno Caramori (PP), Moacir Sopelsa (PMDB), Dóia Guglielmi (PSDB), José Milton Scheffer (PP) e Manoel Mota (PMDB).

## CCJ VAI DEBATER DEFENSORIA PÚBLICA

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), aprovaram dia 24 a realização de uma audiência pública, ainda sem local e data confirmados, para discutir a implantação da Defensoria Pública no estado. Foram aprovados ainda dois projetos de origem parlamentar e um de origem governamental.

De acordo com o autor do requerimento que solicitou a audiência, deputado Dirceu Dresch (PT), Santa Catarina é o único estado do país que não conta com assistência jurídica integral e gratuita às pessoas que não podem pagar pelos serviços de um advogado privado. “Precisamos aperfeiçoar o debate, comparando os modelos de defensoria existentes em outros

estados”, disse.

O relator do projeto de iniciativa popular que prevê a instalação da Defensoria Pública, deputado José Nei Ascari (DEM), reforçou a importância do debate e a necessidade de ouvir todas as partes envolvidas. “Este é um assunto bastante complexo e polêmico e deve ser encarado com muita seriedade pela comissão”, afirmou.

## FINANÇAS AUTORIZA CRÉDITO PARA CATÁSTROFES CLIMÁTICAS

Em reunião presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM) no dia 25, a Comissão de Finanças e Tributação teve como destaque a aprovação do PL nº 132/2011. De autoria do Executivo, o PL autoriza a abertura de uma linha de crédito, junto à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc), para atendimento emergencial a empresas atingidas pelas catástrofes climáticas ocorridas entre janeiro e fevereiro deste ano.

Serão disponibilizados um total de R\$ 3 milhões divididos em duas modalidades de R\$ 1,5 milhão cada: Capital de Giro Empresarial e Reposição de Máquinas e Equipamentos, Construção e Reforma. As empresas que optarem pelo financiamento, cujo valor máximo é de R\$ 250 mil, pagarão valores correspondentes apenas à amortização

da dívida, ficando os juros e TJLP sob responsabilidade do estado. A proposta prevê 12 meses de carência e até 36 meses para o pagamento dos recursos.

O relator do projeto, deputado Aldo Schneider (PMDB), saudou a iniciativa, afirmando que ela permitirá a recuperação de inúmeras empresas atingidas por catástrofes climáticas, sem grande impacto financeiro ao Estado. “Cito como exemplo o município de onde venho, Mirim Doce, no qual supermercados, padarias e farmácias ficaram totalmente destruídos. Sem a ajuda do Estado, essas empresas não terão como se reerguer. E isto será possível sem onerar o Estado, que recuperará os recursos investidos, abrindo mão apenas da cobrança dos juros”, disse. A proposta segue agora para votação em Plenário.

## MEIO AMBIENTE CRIA SISTEMA DE COLETA DE REMÉDIOS

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Neodi Saretta (PT), aprovou dia 25 o PL nº 71/2009, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM). A proposta, que segue para votação em Plenário, obriga estabelecimentos, como farmácias e agropecuárias, a manter um sistema de coleta dos frascos de medicamentos que este-

jam vazios ou vencidos. Na reunião, o deputado Altair Guidi (PPS) foi eleito vice-presidente do colegiado, em substituição ao deputado Renato Hinnig (PMDB), que assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Relator do PL, o deputado Jorge Teixeira (DEM) afirmou que a matéria, ainda que onere os estabeleci-

mentos visados, deve ser aprovada pelos benefícios ambientais que trará. “Entendemos que irá gerar custos adicionais a farmácias e agropecuárias, mas, pelo seu mérito, acredito que seja necessário”, disse. Foi aprovada ainda a realização de uma audiência pública, dia 31, para discutir os entraves para o avanço da agricultura orgânica no estado.

# COMEÇA A TRAMITAR MP DO PISO DO MAGISTÉRIO

Comissão de Constituição e Justiça vai apreciar admissibilidade da medida provisória na próxima semana



FOTOS: FÁBIO QUEIROZ

Com faixas, manifestantes cobram que Executivo respeite a progressão na carreira do magistério levando em consideração a formação profissional, do ensino médio à pós-graduação

A Medida Provisória nº 188/11, instituindo o piso nacional do magistério para os professores de R\$ 1.187, dominou os pronunciamentos nas sessões ordinárias desta semana. A proposta, que cumpre determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), foi assinada dia 23 pelo governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira (PMDB).

A MP tinha também o objetivo de acabar com a greve da categoria, mas foi recusada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) por não acompanhar a

progressão na carreira do ensino médio à pós-graduação. A admissibilidade da MP deve ser analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima semana. A MP recebeu severas críticas de vários deputados.

Na condição de líder interino do governo, o deputado Jean Kuhlmann (DEM) colocou-se à disposição para intermediar as negociações entre o governo e os professores, com a participação dos parlamentares. "O Executivo vai estabelecer o diálogo, pois é preciso cumprir a lei"

Os deputados de oposição critica-

ram a MP prevendo reajuste apenas para os professores em início de carreira. A medida, conforme a deputada Ana Paula Lima (PT), "extinguirá o plano de carreira do magistério estadual".

O deputado Sargento Soares (PDT) classificou-a de "ruim", uma vez que "achatou os salários do magistério" e desconsiderou "a progressão na carreira e toda uma história de conquistas de mais de três décadas".

O aspecto legal da matéria foi destacado pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT), lembrando

que a Constituição do Estado veda "a edição de medida provisória sobre matéria que não possa ser objeto de lei delegada". O parlamentar explicou que este tipo de matéria é reservada à lei complementar. O mesmo entendimento tem a deputada Angela Albino (PCdoB), que defendeu a fixação dos salários do magistério através de um projeto de lei complementar.

O deputado Dirceu Dresch (PT), por sua vez, declarou que a MP "não pode ser votada como está". Para o deputado Jailson Lima (PT), "o papel da Assembleia é buscar uma saída para

o pagamento do piso aos professores".

Já o deputado Joares Ponticelli (PP) ofereceu apoio ao líder do governo para encontrar uma alternativa de satisfazer a decisão do STF, que estabeleceu em R\$ 1.187,00 o piso nacional para o magistério.

Na sessão do dia 24, a professora Alveté Pasin Bedin, coordenadora estadual do Sinte, informou aos deputados que "é impossível" a categoria voltar ao trabalho, dado que 90% das escolas estão paralisadas e que mais de 80% dos professores aderiram ao movimento.

## PROFESSORES PEDEM INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS NA NEGOCIAÇÃO COM O EXECUTIVO

Diante do impasse salarial, a professora Vanda Pinedo, integrante do Comando de Greve da Regional de São José, pediu, dia 25, a interferência dos parlamentares na negociação. Na tribuna, Vanda falou em nome da categoria informando

que a classe permanecerá em greve até o governo negociar com o Sinte a implantação do piso conforme prevê a lei. "Reivindicamos nosso direito. Queremos o apoio dos senhores para que no momento da votação se posicionem a favor da educação

e que a base do governo mostre seu interesse em prol da sociedade", ressaltou. Vanda destacou que a Educação não pode mais esperar. "Estamos em situação emergencial, tanto os professores quanto os alunos", observou.

## SAIBA MAIS

Uma MP tem efeito imediato a partir de sua publicação pelo Executivo e durante o período de 60 dias, prorrogável por até mais 60 dias. Para ser transformada em lei, a MP passa pela apreciação de sua admissibilidade, na CCJ

e depois no Plenário. Em seguida, vai à comissão de mérito, que deve avaliar conteúdo e apreciar emendas, elaborando um projeto de conversão em lei. Caso não haja mudança no texto original, o projeto é remetido a Plenário.

## CIRO ROZA TOMA POSSE NO LUGAR DE ADA FARACO DE LUCA



Ciro Roza é quinto suplente da tríplice aliança a assumir cadeira no Parlamento

Natural de Blumenau, no Vale de Itajaí, o deputado Ciro Roza (DEM), quinto suplente da coligação liderada pela tríplice aliança, tomou posse dia 24 no Legislativo estadual, preenchendo a vaga deixada pela deputada Ada Faraco de Luca (PMDB), licenciada para assumir a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Agora a região volta a ter 10 representantes no Parlamento, o mesmo número alcançado em outubro de 2010. "Estamos aqui integrados com os mais diferentes segmentos sociais, em discussões para representar a voz do povo e defender o interesse dos catarinenses", ressaltou.

No discurso de posse, o parlamentar lembrou sua passagem pela Casa como deputado em duas legislaturas, sendo eleito nos pleitos de 1994 e 1998. Em seu manifesto, Ciro falou sobre sua satisfação de estar retornando ao Legislativo e, principalmente, poder exercer a democracia junto aos demais deputados. "Vamos contribuir para ampliação do diálogo com a sociedade em todos os níveis de interlocuções. Vou adotar aqui os mesmos princípios que adotei enquanto prefeito de Brusque, de que nossas ações devem estar sempre voltadas ao bem-estar social", informou o parlamentar.

## GERAÇÃO DE RECURSOS

Aprovado dia 25 o Projeto de Lei 162/11, do Executivo, que autoriza o governo do Estado a constituir empresa destinada à geração de recursos para alocação em investimentos públicos. A proposta estabelece que a administração social da Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. - Invesc será exercida por um Conselho de Administração composto por cinco membros, entre os quais o Secretário de Estado da Fazenda.

# “A ADOÇÃO É UM ATO ESPONTÂNEO E NATURAL. O CORAÇÃO, BATE MAIS FORTE, OS OLHOS BRILHAM.”

(FÁBIO, PAI ADOTIVO DE TRÊS IRMÃS)



Amor incondicional é aquele que desconhece o tempo e qualquer outro limite que possa existir. A adoção tardia e de irmãos é uma prova disso. Crianças que já tiveram uma história e dividiram momentos difíceis da vida merecem um final feliz. E você pode fazer como o Fábio e a Mariah: virar uma página e escrever um novo capítulo para quem precisa de muito amor.

Para saber mais, acesse [www.portaladocao.com.br](http://www.portaladocao.com.br)

